

Economia e Hegemonia: Leituras de Wallerstein, Arrighi e Elias Sobre Ciclos Sistêmicos de Acumulação e Ascensão das Potências Hegemônicas

Leonardo Weller

Resumo

O sistema mundial apresenta há cinco séculos sucessivos ciclos sistêmico de acumulação construídos em torno de potências hegemônicas. Esse artigo examina as teorias de Wallerstein e Arrighi sobre o tema e elabora uma crítica à visão desses autores de que os ganhos econômicos auferidos por tais potências na organização do sistema mundial são suficientes para impulsioná-las nessa tarefa. A partir do pensamento de Elias derivado do processo de concentração de poder iniciado na Europa medieval, argumenta-se que a força fundamental que impulsiona determinados estados a se tornarem hegemônicos é a tensão inter-estatal existente no sistema mundial. Conclui-se que, embora os meios para a ascensão hegemônica sejam econômicos, sua razão última é geopolítica.

1 - Introdução

Como as numerosas e pequenas unidades de poder existentes na Europa medieval deram origem a um sistema de poucos estados independentes e fortemente inter-relacionados naquele continente, o qual veio a servir de modelo para todo o mundo? Por que tal trajetória parece marcada por períodos distintos, durante os quais determinadas unidades de poder montaram à sua maneira o sistema mundial, ocupando seu centro? Exploraremos e relacionaremos as contribuições de três autores - Elias, Wallerstein e Arrighi – à construção de respostas a esses temas. Em seguida, elaboraremos idéias originais sobre uma questão derivada dos temas acima: *o que faz com que determinadas potências se disponham a organizar o sistema mundial ao redor de si?*

Não nos ateremos ao estudo da trajetória histórica do sistema mundial, apesar de balizarmos os pensamentos em análise a partir de algumas referências historiográficas. Usaremos, para tanto, fontes secundárias ligadas aos temas em estudo: a construção do sistema mundial e a ascensão e queda de potências hegemônicas. Vale notar, contudo, que nossa atenção se concentrará nas teorias formuladas pelos autores em estudo. Não desenvolveremos, portanto, uma análise histórica propriamente dita.

O artigo divide-se em quatro partes. A primeira consiste nesta introdução. A segunda destina-se à análise da contribuição de Norbert Elias. Nela apresentaremos a contribuição desse autor para explicar o mecanismo básico pelo qual diferentes unidades de poder são impelidas às lutas hegemônicas, as quais moldam, ao longo do tempo, a estrutura interna de tais unidades e o sistema mundial como um todo. Na terceira parte, os modelos que sintetizam as análises de Wallerstein e Arrighi com relação à sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação marcados pela ascensão e queda de potências hegemônicas são expostos e comparados. Na quarta parte elaboraremos a abordagem original acima referida a partir de uma crítica às teorias de Wallerstein e Arrighi sob a luz das idéias de Elias.

2 – Tensão Inter-Estatal e Transformação do Sistema Mundial

Assim como ocorre com o capital, as diferentes unidades de poder têm interesses muito comumente conflitantes: sua auto-afirmação em busca da sobrevivência. Este é o ponto de partida de Norbert Elias em sua análise acerca das mudanças verificadas no sistema inter-estatal europeu ao longo dos séculos que se seguiram ao início da Baixa Idade Média. Para o autor, qualquer unidade de poder sente-se ameaçada pela existência de outras organizações similares, sejam elas explicitamente hostis ou não. A possibilidade de que forças militares estrangeiras conquistem seu território e subjuguem sua capacidade de mando é suficiente para que cada unidade de poder lance-se, de maneira preventiva, à competição por mais poder. Em suas palavras:

Cada unidade de poder (...) é induzida à competição com outras (...) quer seus representantes a queiram, quer não. Se outros estados se tornam mais poderosos (...) qualquer estado que não se fortaleça fica mais fraco e, automaticamente, desce para uma posição inferior na hierarquia de status e de poder dos estados. (Elias, 1998, p. 218)

Este é um elemento comum que o autor identifica tanto na luta entre Capetos e Plantagenetas, durante a Idade Média, quanto nos conflitos entre França e Inglaterra, durante a Idade Moderna. Portanto, ao falar de unidades de poder, Elias refere-se tanto a casas feudais quanto a estados nacionais. Essa competição constitui-se, deste modo, em uma força permanente, capaz de induzir o conflito entre diferentes tipos de organizações políticas em períodos de tempo distintos.

Tomando o exemplo dos Capetos e Plantagenetas, vê-se duas casas medievais que ocupavam, na Europa Ocidental, territórios com limites precariamente definidos. Invasões eram iminentes do ponto de vista de ambas as partes. A maneira pela qual cada uma protegia-se de tal ameaça era conquistando feudos menores e mais fracos entre os seus territórios e os do oponente. Isto garantia que tais áreas não caíssem nas mãos dos inimigos, impedindo, assim, sua aproximação geográfica e seu fortalecimento. Por meio de tais conquistas, cada dinastia aumentou suas bases de tributação, produção e mobilização militar, tornando-se mais forte e, por consequência, menos vulnerável. A partir da taxação e da incorporação de seu contingente masculino na luta entre as casas dinásticas, os territórios conquistados tornaram-se, ao longo do tempo, parte integrante das referidas casas feudais, as quais aumentaram de tamanho tanto em extensão quanto em poderio militar. Assim, Capetos e Plantagenetas incorporaram cidades e feudos contíguos, tornando-se as mais poderosas unidades de poder da região conhecida à época por França Ocidental. Isto é, a luta em busca da segurança naquela parte da Europa fez com que duas casas dinásticas medievais conquistassem territórios cada vez mais extensos.¹ Sem identificar seus agentes, Elias descreve esse processo da seguinte forma:

Nos séculos XI, XII e XIII, a luta pela terra, a rivalidade entre um número cada vez menor de famílias de guerreiros, era o principal impulso por trás da transformação de territórios maiores. A iniciativa coube às poucas famílias de guerreiros em ascensão.” (Elias, 1993, p. 117)

Junto a essa centralização de poder, a escalada militar descrita acima tornou a guerra cada vez maior, não só quantitativamente mais também em termos qualitativos. Os embates pouco organizados travados por guerreiros de aluguel durante a Idade Média vieram a se transformar em conflitos cada vez mais profissionais, sofisticados e planejados. A guerra tornou-se, a partir do século XVI, *“far more complicated than it had been when a headlong charge by a group of knights dominated the battlefields of Europe”*².

Paralelamente ao aumento territorial das unidades de poder e de suas forças militares, as estruturas encarregadas de garantir a unidade de seus domínios e administrar tal poderio bélico complexificava-se. Desenvolvia-se uma máquina administrativa capaz de taxar territórios cada vez mais vastos e investir recursos cada vez mais vultosos em guerras

¹ Para mais detalhes, ver Elias, 1993, pp. 197 – 118.

cada vez mais caras. Nascia, desse modo, o poder estatal, detentora do monopólio de poder dentro da região na qual era soberana. Ao mesmo tempo em que esse poder central garantia para si o monopólio da tributação, a conquista e integração econômica dos novos espaços territoriais ampliavam o volume tributável. As unidades de poder da parte ocidental da Europa atingiam então um patamar superior no que se refere às cifras do recolhimento de impostos³. Junto a isso, e não de maneira independente, a capacidade de endividamento dos monarcas dessa região cresceu acentuadamente. Banqueiros de várias partes do continente europeu tornaram-se credores de reis e príncipes, elevando ainda mais os recursos disponíveis para esses governantes investirem em novas máquinas de guerras e em gigantescos exércitos. O aumento do endividamento estatal abria caminho para a emissão de títulos da dívida pública, convertidos em moeda fiduciária com ampla aceitação em seus territórios. Abria-se caminho para a criação da moeda de estado⁴, que serve como unidade de conta ao pagamento de tributação e ao endividamento público. Em contraste com o século XI, identificado por Elias como o período em que teve início o processo de centralização de, podemos dizer que:

“Entre fins do século XV e fins do século XVII a maioria dos países europeus presenciou uma centralização de autoridade política e militar, (...) acompanhada de maiores poderes e métodos de tributação pelo estado, e realizada por uma máquina burocrática muito mais complicada do que existia quando os reis deviam ‘viver de seus próprios recursos’ e os exércitos nacionais eram mantidos com um recrutamento feudal.” (Kennedy, 1989, p. 75)

Nesse processo, o que eram casas dinásticas tornaram-se Estados Absolutistas e o que eram Capetos e Plantagenetas tornaram-se França e Inglaterra. Famílias guerreiras deram lugar a administradores de estados nacionais, cujas forças armadas evoluíram de pelotões mobilizáveis em tempos de guerra a exércitos profissionais permanentes, numa época em que a maior parte dos gastos governamentais destinava-se à guerra⁵. Parafraseando Charles Tilly⁶: “a guerra fez os estados, e vice-versa.” Ou seja, o que hoje chamamos de estados nacionais – unidades de poder soberanas, economicamente

² McNeill, 1984, p. 68.

³ Braudel, 1998, pp. 258 – 274, oferece uma rica análise histórica sobre esse tema.

⁴ Usando a notação de Wray, 1990, p. 30

⁵ Tilly, 1998, p. 104.

⁶ Tilly, 1998, p. 123.

integradas, com um governo dotado de monopólio da tributação, da emissão monetária e da violência – nasceu durante os quinhentos anos que se seguiram ao século XI por força da guerra.

No entanto, o mecanismo básico pelo qual diferentes unidades de poder engrandeceram-se no intuito de proteger-se do inimigo permaneceu. A concorrência inter-estatal forjou, dos séculos que vão da Baixa Idade Média aos nossos dias, tanto as estruturas internas dos estados nacionais quanto o sistema mundial como um todo. Trata-se de um “mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio”.⁷

A partir desta análise, o autor explica a força fundamental que condiciona as diferentes configurações do sistema mundial⁸ através do tempo, sujeitando-o a uma série de lutas inter-estatais que imprimiram suas características à estrutura organizacional das unidades de poder e às relações existentes entre essas unidades. Trata-se de mudanças dentro e fora das unidades de poder que condicionam nada menos que:

- (i) a evolução organizacional das unidades de poder, de casas feudais a estados nacionais;
- (ii) a maneira pela qual as unidades de poder organizam-se entre si, de forma hierarquizada e dinâmica.

Vale notar que a tensão permanente entre as unidades de poder, motor dessas transformações, encontra sua explicação dentro do sistema inter-estatal. Desta forma, as mudanças acima referidas são endógenas ao sistema, definidas em seu interior.

Elias lança, assim, as bases sobre as quais é possível se desenvolver análises mais detalhadas acerca da construção do sistema mundial. Deve-se observar que, em determinados momentos, as guerras declaradas entre estados dão lugar a períodos nos quais um único estado torna-se politicamente e economicamente mais poderoso do que os demais, sendo reconhecido como promotor de uma determinada ordem estável por um espaço de tempo. Contudo, a dinâmica descrita por Elias nunca deixa de estar presente e, em determinado momento, a hegemonia é contestada. Nesses períodos, a tensão inter-

⁷ Elias, 1993, p. 94.

⁸ No caso estudado por Elias, seria mais preciso falar no sistema europeu, mas usaremos o termo sistema mundial para poder melhor comparar as idéias de Elias com as de Wallerstein e Arrighi adiante neste artigo. De todo modo, o sistema mundial de Wallerstein e Arrighi originou-se do sistema europeu de Elias, como veremos adiante.

estatal dá lugar a uma luta inter-estatal, a qual molda uma nova ordem ao sistema mundial. Encontramos aí elementos que explicam a ascensão e queda das potências hegemônicas. Para desenvolver nossa análise sobre esse tema, estudaremos o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação a partir das teorias de Wallerstein e Arrighi.

3 – Ciclos Sistêmicos de Acumulação e Ascensão e Queda das Potências Hegemônicas

Dando prosseguimento à cronologia da análise histórica de Elias, pode-se identificar, a partir do século XVI, quatro grandes ciclos de acumulação, os quais foram marcados tanto pela ascensão e queda das potências hegemônicas quanto pela organização do sistema inter-estatal ao redor das mesmas. Os estados identificados com tais por Wallerstein e Arrighi são: Espanha, do século XVI ao século XVII; Holanda, do século XVII ao XVIII; Inglaterra, do século XVIII ao XIX; e os EUA, no século XX. Veremos sinteticamente a análise que ambos autores desenvolveram a partir do estudo deste longo período sob o prisma dos consecutivos ciclos de acumulação, que se moveram da Europa para todo o mundo. Nota-se mais uma vez que este artigo não tem por objetivo a análise deste período histórico em si, mas sim das teorias dela elaboradas pelos autores em foco. Entretanto, balizaremos seus raciocínios com algumas referências históricas. Vale notar ainda que tais referências se centraram nas experiências de Holanda, Inglaterra e EUA. Não nos referiremos à evolução da Espanha na época em que esta figurava como principal potência do mundo, pois sua análise requer o estudo de especificidades que estão além do escopo desse artigo. Contudo, o faremos sem prejuízo à compreensão das teorias de Wallerstein e Arrighi, pois essas se baseiam predominantemente no espaço de tempo que tem início a partir do chamado ciclo holandês de acumulação.

Antes de iniciarmos tal exposição, devemos definir o que se entende por ciclos sistêmicos de acumulação. Podemos fazê-lo a partir da definição de Arrighi relativa a mudança sistêmica, a qual se constitui num “processo de reorganização radical do moderno sistema mundial que altera substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros, e o modo como o sistema funciona e se reproduz”⁹. Entre tais transformações, o sistema mundial atravessa por períodos cujos padrões de produção, comércio e finanças são os estabelecidos por uma determinada

⁹ Arrighi, 2001, p. 30.

potência, a qual ocupa uma posição hegemônica. Isto é, possui uma supremacia sobre os demais países, sendo identificada por estes como a portadora do interesse geral, para usar o conceito gramsciano de hegemonia.

Exporemos agora as contribuições de Arrighi e Wallerstein na análise da sucessão de tais ciclos de acumulação, os quais são marcados pela ascensão e queda das potências hegemônicas e intervalados por crises sistêmicas.

Wallerstein tem como ponto de partida uma idéia semelhante à competição interestatal de Elias: as potências mundiais lançam-se em expansões competitivas que concentram o poder político e econômico mundial. Como consequência de tal concentração, o processo de expansão cria as condições materiais e políticas necessárias para guerras mundiais: conflitos de intensidade sem precedente que englobam direta ou indiretamente todas as unidades integrantes do sistema mundial. O autor cita a Guerra dos Trinta Anos, no século XVII, as Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, e as duas Grandes Guerras do século XX. O fundamental aqui é que esses conflitos têm força suficiente para desestabilizar o sistema mundial.

Durante o curso das guerras, as vantagens econômicas da potência vencedora são ampliadas pelas conquistas territoriais, pela criação de novas tecnologias no esforço de guerra e pela destruição das bases produtivas do inimigo. Os tratados de paz que se seguem aos armistícios fazem com que as referidas vantagens sejam asseguradas e expandidas ainda mais. Desta forma, o pós-guerra é marcado pela supremacia econômica de uma potência sobre as outras, bem como a construção de um novo sistema mundial, o qual substitui o anterior e põe fim aos anos caóticos de guerra.

O estabelecimento da nova ordem é entendido como de interesse geral pelas unidades que constituem o sistema mundial. Seus padrões econômicos no que tange a produção, o comércio e as finanças têm como base os padrões desenvolvidos pela potência hegemônica. Essa, por sua vez, busca perpetuar suas vantagens competitivas. Instaura-se um período de liberalização da circulação do capital e de comércio. Trata-se de ondas de liberalismo econômico global, que assumiram diferentes formas e intensidades dependendo do ciclo de acumulação em análise. Pode-se dizer que tal tendência tornou-se mais patente no século XIX, sob a hegemonia inglesa, embora a Holanda tenha feito esforço no mesmo sentido durante o século XVIII e, na segunda metade do século XX, os fluxos de comércio

e capital alcançassem cifras sem precedentes sob a hegemonia norte-americana. A potência hegemônica vê na liberalização econômica os seguintes objetivos básicos: impor as vantagens econômicas sobre todo o sistema, do lado do comércio; e proporcionar ao capital nacional oportunidades rentáveis de investimento, do lado do investimento

No entanto, a livre circulação de bens e fatores de produção – isto é, o liberalismo econômico – torna mais fácil a disseminação das tecnologias de ponta empregadas pelas empresas da potência hegemônica, o que contribui para a gradual equalização entre a capacidade produtiva desta e das principais potências do sistema. Ou seja, com o tempo, um *catch-up* tecnológico tende a ocorrer. Por outro lado, o acelerado crescimento econômico verificado no interior da potência hegemônica durante e nos seguintes à guerra mundial eleva significativamente os salários de sua mão-de-obra frente os salários pagos nas demais economias do sistema. A combinação de ambas tendências mina as vantagens competitivas da potência hegemônica e conduz o sistema a um novo período de expansão competitiva. A ultrapassagem produtiva é, segundo Wallerstein, comum aos períodos que marcam o início do declínio das potências hegemônicas. Tal fato ocorreu no final do século XVIII, quando a frota naval inglesa tornou-se maior e melhor do que a holandeses e a Revolução Industrial tornou a Inglaterra a maior potência industrial do mundo¹⁰. Fenômeno parecido foi verificado nas décadas entre 1870 e 1880, quando a liderança industrial do mundo passou da Inglaterra para a Alemanha e os EUA¹¹. Finalmente, após a década de 1970, os produtos japoneses atingiram um patamar tecnológico superior aos norte-americanos¹².

Embora Wallerstein identifique a competição inter-estatal como o motor principal da mudança sistêmica, ele vê as vantagens competitivas das potências como seu condicionante fundamental. Entretanto, o que faz com que determinada potência torne-se superior em termos de vantagens competitivas não é por ele explicado. Trata-se de uma variável exógena à sua teoria. Portanto, o que move a competição inter-estatal não encontra sua força fundamental dentro do sistema mundial.

¹⁰ Ver Braudel, 1996, pp. 526 – 530; e Arrihi, 1994, pp. 163 – 164.

¹¹ Ver Hobsbawm, 2000, pp. 68-69 Kindleberger, 1996, p. 142.

¹² A literatura econômica sobre a ultrapassagem japonesa no século XX é muito extensa. Uma relação bastante limitada inclui Gilpin, 1987, p. 193; Arrighi, 1994, pp. 356 – 361; e Bernard, pp. 298 – 221.

Por outro lado, Wallerstein define uma relação única de causalidade do sistema mundial à sucessão de ciclos de acumulação: as tensões existentes no sistema mundial destroem e reconstroem sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação. No entanto, pode-se também estabelecer o oposto desta relação: as tensões existentes no sistema mundial criam sucessivos os ciclos de acumulação que, por sua vez, transformam o sistema mundial. Desse modo, o sistema seria reconstruído no princípio de cada ciclos de acumulação. Ao longo dos séculos, a sucessão de ciclos transformaria de maneira quantitativa e qualitativa o sistema mundial. Ou seja, os padrões políticos e econômicos – aí inclusos padrões de produção, comércio e finanças – seriam distintos em cada ciclos, assim como o tamanho do mesmo tenderia a aumentar com o tempo. Vale notar que transformações similares ocorreriam também nas guerras, que, dando prosseguimento ao raciocínio de Elias, tornar-se-iam cada vez maiores, mais complexas e com maior componente tecnológico. Basta comparar a Guerra dos Trinta Anos com as Guerras Napoleônicas e, finalmente, com as duas Grandes Guerras do século XX.

Esses pontos distinguem as teorias de Arrighi e de Wallerstein. Embora as contribuições de ambos sobre o tema em foco não sejam opostas em seus princípios, Arrighi inclui em sua análise as mudanças quantitativas e qualitativas implementadas ao sistema mundial no decorrer dos séculos. Além disto, esse autor salienta as determinantes endógenas para o início e o fim dos ciclos de acumulação, não se atendo apenas às causas exógenas (as vantagens competitivas da potência hegemônica), como em Wallerstein.

Arrighi inicia sua análise a partir da reorganização do sistema mundial após o que chama de caos sistêmico. Estabelece-se, assim, o período de hegemonia, no qual a potência hegemônica promove uma expansão econômica ao: adotar uma divisão do trabalho e uma especialização mais ampla e profunda que a anterior; e possibilitar a imitação, por parte das demais economias, das tecnologias de ponta empregadas pelas firmas da referida potência. Inicialmente isto funciona em um contexto cooperativo, de forma que o sistema como um todo vê a potência em seu centro como portadora do interesse geral. Trata-se, portanto, de uma hegemonia gramsciana.

Todavia, esta expansão aumenta a quantidade de unidades integrantes do sistema mundial, bem como a velocidade das transações entre elas. Para usar as palavras de Arrighi, ocorre um “aumento do volume e densidade dinâmica do sistema”, que “tende a intensificar

a competição entre suas unidades para além da capacidade reguladora das instituições existentes”¹³. Isto faz com que a potência hegemônica seja cada vez menos identificada com o interesse geral, o qual sucumbe frente aos interesses particulares de cada país. Na denominação do autor, acentua-se a importância da “tirania das pequenas decisões”¹⁴. Inicia-se, assim, a crise da hegemonia.

Concomitantemente ao enfraquecimento da influência da potência hegemônica frente ao sistema mundial, abre-se espaço para: (a) rivalidades interestatais; (b) competição interempresarial; (c) conflitos sociais; e (d) o surgimento de novas configurações de poder. Essas são as forças que instabilizam a hegemonia construída no sistema mundial.

Tal dinâmica tem, por outro lado, uma contrapartida econômica. O capital acumulado no período de expansão torna-se maior do que a capacidade de investimento. Inicia-se, assim, a fase de expansão financeira, que Arrighi identifica através da noção braudeliana de “outono” da hegemonia, durante o qual a potência central colhe os frutos materiais provenientes da reorganização do sistema mundial. A princípio, seu acesso privilegiado à liquidez internacional bloqueia as forças que minam sua hegemonia, referidas acima. Ocorre o desvio do capital de atividades produtivas para as financeiras, tendência verificada tanto no século XVIII, quando os bancos holandeses tornaram-se o centro da economia daquele país, emprestando a uma grande quantidade de governos endividados¹⁵; quanto no final do século XIX e início do XX, período em que a Inglaterra tornou-se uma nação financeira, cuja renda proveniente da exportação de capital e de seguros garantia a estabilidade da libra esterlina e a manutenção do padrão de vida britânico da *belle époque*¹⁶; e a partir de 1970, com o início do que hoje é chamado de padrão dólar-flexível, e, de maneira menos rigorosa, globalização financeira¹⁷.

Contudo, a expansão financeira não elimina as forças que condicionam o enfraquecimento da influência da potência hegemônica frente ao sistema mundial, acima enumeradas. Muito pelo contrário, as contradições internas ao sistema são fortalecidas. A dissociação entre capital e produção, inerente à expansão financeira, arrefece o crescimento

¹³ Arrighi, 2001, p. 38.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ver Arrighi, 2001, pp. 61 – 65.

¹⁶ Ver Crouzet, (1982), p. 363 – 370; e Arrighi, 1994, p. 166 – 173.

econômico e mina de forma definitiva as bases econômicas da hegemonia. Um mundo economicamente estagnado é terreno fértil à exacerbação da competição interempresarial e dos conflitos sociais, que termina por propiciar o recrudescimento de rivalidades interestatais. Em determinado momento, uma perturbação qualquer pode desorganizar definitivamente toda a estrutura existente no sistema mundial. Inicia-se a ruptura da hegemonia.

A partir do ponto de ruptura tem início o caos sistêmico: a desestruturação de todo o sistema mundial, oriunda da acentuação das rivalidades interestatais e interempresariais, dos conflitos sociais e do surgimento de novas configurações de poder. Contudo, é neste momento que surgem as bases para a reconstrução do sistema mundial. O caos sistêmico intensifica a demanda do sistema mundial por soluções gerais. A potência capaz de corresponder a estas demandas - como a Holanda após a Guerra dos Trinta Anos, a Inglaterra após as Guerras Napoleônicas, e os EUA no pós-Segunda Guerra Mundial - ascende à posição hegemônica, construindo um novo sistema mundial e iniciando um novo ciclo de acumulação.

Arrighi enfatiza o fato de que tal mudança imprime consideráveis transformações ao sistema como um todo. Por ser capaz de atender às demandas que a antiga potência hegemônica não pôde fazer frente, a nova potência é necessariamente mais poderosa em termos materiais e políticos do que a anterior. De maneira análoga, o tamanho e a complexidade do sistema tornam-se maiores neste novo ciclo, uma vez que, de acordo com o modelo aqui exposto, sua construção pressupõe sua expansão. Assim, para o autor:

“(...) cada ciclo é diferente do anterior em dois aspectos principais: a maior concentração da capacidade organizacional exercida pelo Estado hegemônico, em comparação ao seu predecessor, e o maior volume e densidade dinâmica do sistema reorganizado pelo Estado hegemônico” (Arrighi, 2001, 43).

O modelo de Arrighi não é incompatível, e sim mais abrangente do que o de Wallerstein. Arrighi inclui em sua análise as vantagens competitivas da potência hegemônica, mas nem por isso deixa de fora as contradições de cunho político e social desenvolvidas dentro do sistema. Todavia, ambos limitam-se a identificar, dentre os vários

¹⁷ Sobre esse tema muito discutido na literatura econômica, pode-se encontrar boas análises em Chesnais, 1997, pp. 11 – 33; Gilpin, 1987, pp. 134 – 151; Helleiner, 1991, pp. 163 – 175; e Arrighi, 1994, pp. 311 – 316.

estados candidatos, a potência hegemônica como a *capaz* de responder às demandas formuladas no caos sistêmico. Os autores não mencionam o que levam tais estados a *tornarem-se capazes de respondê-las e efetivamente fazê-lo*, trazendo a si a responsabilidade e os esforços de reorganizar o sistema mundial ao seu redor.

Vale notar que a reorganização de um novo ciclo de acumulação requer, por parte da potência hegemônica, a construção de instituições que dêem respaldo material e financeiro à expansão do sistema mundial, além do aumento dos gastos militares necessários em sua estabilização após os anos de crise. Isto faz com que a ascensão hegemônica incida em onerosos custos¹⁸, os quais, de acordo com o próprio Arrighi, só seriam recompensados no “outono” da hegemonia, que dista consideravelmente em tempo do início da expansão sistêmica. Além disto, nada garante que tal “recompensa” seja de alguma forma maior do que os referidos custos. Talvez a resposta a isto tudo não tenha seu fundamento na economia. Se esse for o caso, o que afinal alimenta o motor que leva determinadas potências a reorganizar o sistema mundial a partir do caos sistêmico? O pensamento de Elias acima exposto é capaz de gerar várias respostas nesse sentido. É retornando a esse autor que proporemos críticas aos modelos de Wallerstein e Arrighi e elaboraremos idéias que podem servir de base a uma nova abordagem sobre o tema.

IV – Limites da Economia na Explicação da Ascensão Hegemônica

Tanto Wallerstein quanto Arrighi identificam os períodos de crise do sistema mundial como o ambiente propício para a ascensão das potências hegemônicas. Ambos autores adotam o conceito gramsciano de hegemonia: uma nação apresenta soluções gerais identificadas pelos demais países como de benefício geral e, a partir disto, passa a moldar o sistema mundial à sua maneira em um ciclo de acumulação particular. Assim, o estado que sai fortalecido do período de crise é aceito pelo resto do sistema mundial como hegemônico.

Mas fica em aberto a seguinte questão: por que as potências hegemônicas assumem tal papel? Embora seja certo que devemos olhar para a economia ao perguntar-nos o que permite que um país ascenda como potência hegemônica, não é claro que a economia seja também a responsável pelos motivos em função dos quais tal potência põe em marcha a construção de uma hegemonia sob sua liderança. Dito de outra forma, uma potência ocupa

uma posição hegemônica graças ao seu poderio econômico, mas não é certo que ela o faz devido a possíveis ganhos econômicos intrínsecos a este ato.

Vale ressaltar aqui que se tornar a potência capaz de organizar o sistema mundial após um período de caos sistêmico implica gastos elevados, principalmente no que se refere a gastos militares. Esse tema merece uma pesquisa histórica acurada, pois é possível apresentar uma extensa gama de dados nesse sentido. Nos limitaremos à apresentação de alguns valores relativos à história da Grã-Bretanha e dos EUA, suficientes ao nosso propósito.

Durante as Guerras Napoleônicas, a Grã-Bretanha fez oposição à França, o que para Arrighi sedimentou as bases da construção da hegemonia britânica após a derrocada de Napoleão. Mas isso custou o necessário para aumentar seus efetivos militares de 40.000 homens, em 1789, para 250.000 em 1814. Trata-se de uma expansão de 625% de homens em arma em 35 anos. Nesse mesmo período, a própria França, que objetivava conquistar toda Europa, elevou seus efetivos militares em 333%, enquanto outras duas potências militares, a Prússia e a Rússia, aumentaram seus efetivos em 142% e 166%, respectivamente¹⁹. Os gastos britânicos com seu exército cresceram de 13,3 bilhões de libras esterlinas, em 1803, para 49,6 milhões de libras esterlinas em 1815²⁰. No que se refere à marinha, de 1790 a 1815, a armada britânica cresceu de 195 para 214 navios. Londres ampliava, assim, a vantagem já existente, pois durante esses anos a armada francesa decresceu de 81 a 80 navios e a russa de 67 a 40.²¹ Isso elevou os gastos britânicos com sua marinha, à preços correntes, de 12 milhões de libras, em 1803, a 22,8 milhões de libras em 1815²².

A experiência recente dos EUA é ainda mais expressiva. Seus gastos militares durante a Segunda Guerra Mundial, conflito que numa leitura de Arrighi serviu de base para a construção do ciclo norte-americano de acumulação, cresceu numa proporção maior do que as demais potências da época. De 1940 a 1943, o dispêndio relativo à guerra da Grã-Bretanha cresceu de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 11,1 bilhões, da Alemanha foi de US\$ 6,0

¹⁸ Veremos adiante alguns índices históricos capazes de definir melhor esses custos de se construir uma hegemonia.

¹⁹ Kennedy, 1989, p. 103.

²⁰ Mitchell, 1962, p. 396.

²¹ Kennedy, 1989, p. 103.

²² Mitchell, 1962, p. 396.

bilhões para US\$ 13,8 bilhões, e da URSS aumentou de US\$ 5,0 bilhões para US\$ 13,9 bilhões. Nesse mesmo período, os gastos militares norte-americanos cresceram de apenas US\$ 1,5 bilhões para US\$ 37,5 bilhões²³. Tal esforço de guerra se arrefeceu após a paz de 1945, mas tornou a crescer acentuadamente logo nos primeiros anos do pós-guerra. A conjuntura da Guerra Fria, na qual os EUA trouxeram para si o comando do bloco capitalista, elevou o orçamento militar daquele país de US\$ 10,9 bilhões, em 1948, para US\$ 14,5 bilhões em 1950, e US\$ 49,6 bilhões em 1953, durante a Guerra da Coréia. Os gastos militares caíram após o armistício coreano, atingindo um mínimo de US\$ 40,5 bilhões em 1955, quatro vezes maior do que 7 anos antes. O dispêndio com defesa tornou a subir após aquele ano, atingindo US\$ 52,3 bilhões em 1962, e explodindo com a Guerra do Vietnã, indo de US\$ 67,5 bilhões em 1966, US\$ 75,4 bilhões em 1967, US\$ 80,7 bilhões em 1968, e US\$ 81,4 bilhões em 1969. Ou seja, em pouco mais de 20 anos os recursos norte-americanos gastos com defesa cresceram 8 vezes. Nesse mesmo período, o orçamento militar dos britânicos cresceu de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 5,4 bilhões.²⁴ Os enormes gastos militares dos EUA no período, junto com os recursos empregados em programas de reconstrução como o Plano Marshall e a reconstrução do Japão, deram sustentação à reorganização do sistema mundial sob o comando dos EUA.

Podemos, assim, escrever nossa primeira crítica à teoria de Wallerstein e Arrighi da seguinte forma: nada garante que as recompensas auferidas pela potência hegemônica durante a construção de sua hegemonia ou no “outono” braudeliano cobrirão os custos materiais oriundos da organização do sistema mundial após os anos de caos sistêmico.

Entretanto, podemos fazer uma análise no mesmo sentido com um fundo qualitativo. Tomando o caso da Grã-Bretanha, a construção de sua hegemonia no século XIX baseou-se em transformações políticas, econômicas e sociais dentro de si. O novo papel diplomático desempenhado pelos ingleses na Europa, sustentando o balanço de poder centrado na Santa Aliança, e a liberalização comercial unilateral já na segunda década do século e principalmente a partir da revogação da Lei do Trigo em 1847 foram algumas das principais mudanças necessárias na reorganização do sistema mundial. Essas transformações chocaram-se com interesses e tradições de determinados grupos dentro daquele país. Para interferir de maneira decisiva na política da Europa, liderando a

²³ Kennedy, 1989, p. 341.

construção e manutenção de seu novo regime de forças a partir da derrota de Napoleão, os ingleses passaram por cima de sua tradição de relativo isolamento para com o continente e de resistências a alianças com potências autárquicas por partes dos mais liberais²⁵. A liberalização unilateral do comércio suscitou reação de por boa parte dos produtores agrícolas da ilha, temerosos frente a possibilidade de falirem ao enfrentarem competição externa²⁶. Mas a pesar das resistências, essas mudanças foram concluídas, dando sustentação à organização do ciclo britânico de acumulação.

Se nos concentrarmos nos EUA do pós-guerra, veremos que a criação do chamado ‘complexo militar industrial’, a disposição do dólar como centro do sistema monetário internacional sob o acordo de Bretton Woods, a liderança na criação de diversos organismos multilaterais, e a disposição de intervir militarmente em países como Coréia e Vietnã equivaleram à reversão da tradição isolacionista norte-americana. A postura de Washington frente o mundo mudara, contrastando com o entre-guerras, quando os EUA retiraram-se da Liga das Nações; as tropas daquele país foram reduzidas ao ínfimo patamar de 1917 após a paz de 1919²⁷; e tentou-se resolver crises como a da hiperinflação alemã com aportes de libra e não de dólar, moeda na qual o sistema financeiro internacional já se baseava²⁸. Romper o isolacionismo significou mudança nas instituições e no pensamento político norte-americano, a despeito daqueles que ainda preferiam se abster dos conflitos fora das Américas.

Ou seja, a criação de uma estrutura diplomática, militar e econômica poderosa o bastante para permitir que a potência hegemônica exerça sua influência frente aos demais países do sistema e reorganize o sistema mundial é uma tarefa formidável, capaz de suscitar a resistência de grupos do interior da própria potência reticentes a mudanças. Podemos, desse modo, escrever nossa segunda crítica da seguinte forma: no ambiente de caos sistêmico, nada garante que a promessa de ganhos futuros seja responsável pela anulação de forças no interior da futura potência hegemônica que se opõem às transformações políticas, econômicas e sociais necessárias para a construção da hegemonia.

²⁴ Kennedy, 1989, p. 367.

²⁵ Ver Watson, 1986, pp. 238 – 250.

²⁶ Ver Hobsbawm, 1968, pp. 77 – 86.

²⁷ Kennedy, 1989, p. 269.

²⁸ Ver Kindleberger, 1984, p. 289.

As duas críticas podem ser sintetizadas na seguinte questão: *por que as potências hegemônicas chamam para si a tarefa de organizar o sistema mundial se não há garantia que os ganhos matérias em construir uma hegemonia, incertos durante o período de caos sistêmico, trarão recompensas suficientes capazes de, a priori, superar os custos e vencer as resistências que suscita tal tarefa?*

Apesar de não vislumbrarem essa questão, Wallerstein e Arrighi indicam um caminho para a formulação de respostas ao determinar que os fatores que propiciam a construção da hegemonia moldam-se nos períodos de caos sistêmico. Tais períodos críticos são, retornando à análise de Elias, concomitantes ao acirramento da concorrência inter-estatal. Isso tende a ocorrer quando as principais potências do sistema competem em pé de igualdade, de forma que, em determinado momento, qualquer uma delas pode torna-se superior às demais e, assim, a mera existência do possível inimigo mais poderoso faz com que toda potência adote uma postura expansionista. Luta-se pela preservação de *status* e poder e, em última instância, pela própria sobrevivência. Trata-se de um ambiente instável, no qual os sentimentos beligerantes e expansionistas são aguçados sob pretexto da defesa frente à ameaça externa. Nas palavras de Elias:

Um grupo de estados desprovido de monopólio central de violência física é particularmente instável. A força primária é produzida pela pressão competitiva intrínseca à configuração, pela luta elementar de sobrevivência entre as unidades e por seus conflitos de status e de poder (Elias, 1998, p. 219).

Evidentemente, Elias usa um exemplo extremo ao referir-se ao monopólio central de violência, que funcionaria como um Estado governante de todos os Estados do sistema mundial. Além disto, o autor não fala exatamente de uma hegemonia, mas sim da dominação baseada na força de alguma unidade de poder, ou um agrupamento delas, sobre resto do sistema. Contudo, tal visão é analiticamente útil. Essa situação hipotética que dista em maior ou menor grau da configuração verificada no sistema mundial, dependendo do espaço de tempo em foco. Durante o período de hegemonia descrito por Arrighi, estaríamos próximos do monopólio central de violência de Elias; enquanto que no caos sistêmico, estaríamos distantes. O sistema é sempre instável, embora por vezes seja mais e por vezes menos. Quanto maior a instabilidade, maior a pressão competitiva entre as unidades de poder – a força a qual Elias se refere. E é essa força que faz os Estados se transformarem,

aumentando a complexidade de suas organizações internas e a força de sua capacidade econômica e militar. É ela que, em última instância, transformou Capetos em França e Plantagenetas em Inglaterra.

Portanto, somente o acirramento da concorrência inter-estatal é capaz de transformar um país a ponto de torná-lo capaz de reconstruir um ciclo sistêmico de acumulação e, assim, desempenhar o papel de potência hegemônica do sistema mundial. Não é por acaso que Wallerstein e Arrighi dizem que as forças que moldam a nova hegemonia vêm à tona nos períodos de crise – as guerras mundiais para o primeiro e o caos sistêmico para o segundo autor. São neles que a tensão inter-estatal, força primária que move o sistema mundial, torna-se forte o suficiente para contrabalançar os custos materiais e debelar as resistências internas existentes no processo de formação da potência hegemônica, que porá fim ao caos sistêmico organizando o sistema mundial. Dito de outra forma, um Estado só ascende como potência hegemônica quando, além dos meios econômicos para tanto, possui um grande motivo para lançar-se nesta aventura: a ameaça de que do caos sistêmico surja outra potência ou outra ordem que ameace seu nível de poder e *status* e, em última análise, sua existência. Embora os meios necessários para a criação de um novo período de hegemonia tenham por base o poderio econômico, a razão primordial de seu início é o acirramento das tensões inerentes ao sistema mundial. Portanto, a razão última da ascensão hegemônica não é econômica, mas sim geopolítica.

Bibliografia

Arrighi G. e Silver, B. J (2001). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Arrighi G. (1994). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens dos nossos tempos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ.

Bernard, M. (1996) “*Post-Fordism, transnational production, and the changing global political economy*”. in Stubbs, R. e Underhill, G. R. D. (eds.) “*Political economy and the changing global order*”. Toronto: Macmillan.

Braudel, F. (1998). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. São Paulo: Martins Fontes.

Chesnais, F. (1997) *A mundialização do capital: gênese, custos e riscos*. Rio de Janeiro: Xamã.

Crouzet, F. (1982). “*The victorian economy*”. Londres: Methuen.

Elias, N. (1993). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1998). *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Helleiner, E. (1996). “*From Bretton Woods to global finance: a world turned upside down*”. in Stubbs, R. e Underhill, G. R. D. (eds.) “*Political economy and the changing global order*”. Toronto: Macmillan.

Hobsbawm, E. J.(1968). “*Industry and Empire*”. Londres: Weidenfeld and Nicolson.

_____ (2000). *A era do capital: 1848 – 1875*. São Paulo: Paz e Terra.

Kennedy, p. (1989). *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus.

Kindleberger, C. P. (1986). *The World in Depression, 1929 – 1939*. Berkley: University of California Press.

_____ (1996). “*World Economic Primacy: 1500 to 1990*”. Oxford: Oxford University Press.

McNeill, W. H. (1984). “*The pursuit of power*”. Chicago: The University of Chicago Press.

Tilly, C. (1998). “*Coerção, capital e estados europeus: 990 - 1992*”. São Paulo: Edusp.

Wallerstein, I. (1974). “*The modern world system, vol. 1*”. Nova York: Academic Press.

Watson, A. (1986). *“The evolution of international society: a comparative historical analysis”*. Londres: Routledge.

Wray, L. R. (1990). *“Understanding Modern Money.”* Nova York: Edward Elgar.